

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA**  
**PREGÃO Nº 038/2019**  
**(Processo Administrativo n.º 23114.002720/2019)**

**1 DO OBJETO**

**1.1** Aquisição de **Material de limpeza para a UFV Campus Rio Paranaíba**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.1.1** Para o item 1, pede-se comprovação de registro na ANVISA;

**1.1.2** Para o item 21, pede-se comprovação de certificação do INMETRO;

**1.1.3** Para o item 22, pede-se comprovação de adequação às normas ABNT15464-1 e NBR 15134.

**1.2** A licitação será dividida em itens, conforme tabela a seguir, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL)(R\$)
1	226698	FR	300	DETERGENTE, COMPOSTO DE TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, P/ REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEIS, NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, REGISTRADO NA ANVISA, FR COM 5 LITROS.	3.513,00
2	226950	FR	20	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES CERAS NATURAIS, AROMA LAVANDA, PARA MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, FRASCO COM 200 ML .	75,40
3	262067	UD	50	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PIAÇAÇA, COMPRIMENTO CEPA 40CM, LARGURA CEPA 5 CM, ALTURA DA CEPA 4CM, COMPRIMENTO CERDAS 13 CM, COM CABO E CEPO DE MADEIRA, APLICAÇÃO LIMPEZA, TIPO GARI.	545,00
4	229392	UD	100	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PIAÇAÇA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 17 CM, COMPRIMENTO CERDAS 13 CM, CABO COLADO, CHAPA Nº 3.	610,00
5	226136	UD	100	VASSOURA, MATERIAL CERDAS CRINA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 60 CM, COMPRIMENTO DAS CERDAS MÍNIMO 5 CM	1.409,00
6	225901	PC	100	ESPONJA LIMPEZA, LÃ DE AÇO, MÉDIA, P/USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 08 ESPONJAS.	175,00
7	253222	UD	50	BALDE MATERIAL PLÁSTICO, TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE 20 LITROS.	400,50

8	241738	UD	25	BALDE TIPO DOMÉSTICO, MATERIAL PLÁSTICO, COM TAMPA E ALÇA FIXA, CAPACIDADE DE 60 L, FORMATO CILINDRICO, ALTURA 55 CM, DIÂMETRO SUPERIOR 45 CM, INFERIOR 35 CM.	780,50
9	332393	UD	50	PÁ PARA LIXO, MATERIAL COLETOR ZINCO GALVANIZADO, COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 20 CM, CABO DE MADEIRA DE 20 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA.	187,50
10	242252	FR	300	LIMPA VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, SEQUESTRAANTES, HIDROXIDO DE AMONIO, E ÁLCOOL. (FRASCO COM 1 LITRO)	936,00
11	224109	UD	4	ESPÁTULA PARA PINTURA, LÂMINA METÁLICA, CABO DE PLÁSTICO, TAMANHO 10 CM. Espátula aço inox, dimensões entre 10 a 15 cm.	33,20
12	232372	UD	800	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL FIBRA SINTÉTICA, RETANGULAR, UMA FACE MACIA OUTRA ÁSPERA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 107 X 73MM.	392,00
13	224949	UD	20	ESCOVA ROUPA, MATERIAL CORPO MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ENVERNIZADO, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, COR CERDAS BRANCA E MARROM.	66,60
14	310633	UD	150	CESTO LIXO, MATERIAL PVC, SEM TAMPA, ALTURA 25 CM, DIÂMETRO 24 CM, COR PRETA, TELADO.	880,50
15	235792	PR	300	LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO MÉDIO, AMARELA, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO.	840,00
16	226094	PC	200	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS, MEDINDO LARGURA 80 CM, ALTURA 100CM, COR PRETA, 4 MICRAS, PACOTE COM 100 UNIDADES.	3.712,00
17	381409	FR	800	DESINFETANTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO, TEOR ATIVO EM TORNO DE 0,4%, FRASCO COM 05 LITROS .	5.872,00
18	234551	PC	300	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE 20 LITROS, COR BRANCA, LARGURA 40 CM, ALTURA 50 CM, ESPESURA 0,09 MICRA, PACOTE COM 100 UNIDADES .	2.802,00
19	253197	GL	250	SABONETE LÍQUIDO PERFUMADO, AROMA SUAVE, PEROLADO, PRONTO PARA USO, EMBALAGEM COM 5 LITROS.	3.817,50
20	318637	UD	400	SACO DE ALGODÃO, TAMANHO 100 X 80 CM, COR BRANCA, GROSSO, TIPO CRÚ, MATERIAL 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER, APLICAÇÃO LIMPEZA DE CHÃO .	1.396,00
21	319191	PC	1500	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, COR BRANCA, COMPRIMENTO APROX. 23 CM, LARGURA APROX. 23 CM, INTERFOLHADA, ALTA ALVURA, 2 DOBRAS, GRAMATURA 32 A 34 G/M2, MACIO, AL-	10.305,00

				TISSÍMA ABSORÇÃO, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, PACOTE COM 1000 FOLHAS .	
22	246677	RL	5120	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL FIBRAS CELULÓSICAS, COMPRIMENTO 30 METROS, LARGURA 10 CM, TIPO PICOTADO, FOLHAS SIMPLES, COR BRANCA, CLASSE 01, ALV. ISO MAIOR QUE 80%, TEMPO DE ABSORÇÃO DE AGUA IGUAL OU MENOR QUE 6 S, CONF. NORMA ABNT NBR 15464-1 E 15134	4.864,00
23	242188	UD	600	FLANELA, COMPRIMENTO 50 CM, LARGURA 30 CM, COR AMARELA	726,00
24	253025	UD	100	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE 60 CM, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UNIDADES	638,00
25	307412	UD	100	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE MADEIRA, COMPRIMENTO SUPORTE 40 CM, COR PARDA, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UNIDADES	526,00
26	233648	RL	1400	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 300 M, LARGURA 10 CM, FOLHAS SIMPLES, COR BRANCA.	6.118,00
27	278323	UD	100	VASSOURINHA, MATERIAL DAS CERDAS NÁILON, MATERIAL CABO PLÁSTICO, APLICAÇÃO LIMPEZA SANITÁRIO.	260,00
28	214146	RL	5	MANGUEIRA JARDIM, PVC-TRAÇADO EM NAILON, DIÂMETRO 1/2POL, ESPESSURA 2MM, PRESSÃO MÁXIMA 6 BAR., ROLO COM 50 METROS, COR CRISTAL	610,85
29	295721	PC	200	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 40 L, COR AZUL, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA, ESPESSURA 0,8 MICRA. - PACOTE 100 SACOS	2.212,00
30	328297	PC	150	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 60 L, COR PRETA, LARGURA 63 CM, ALTURA 70 CM, ESPESSURA 0,008 MICRA, APLICAÇÃO COLETA DE LIXO. - PACOTE 100 SACOS	2.193,00

## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** Os itens desta licitação visam atender às necessidades dos seguintes órgãos da Universidade Federal de Viçosa:

	Órgão
01	CAMPUS RIO PARANAÍBA

- 2.2** As aquisições, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Ademais, esses objetos são de fundamental importância no auxílio às aulas práticas e para o desenvolvimento de trabalho em campo, além de se configurarem em elementos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades estudentis, tanto da graduação quanto da pós-graduação, e administrativas.

Logo, faz-se necessária a aquisição desses bens, de modo a garantir as condições essenciais para que a UFV continue sendo referência nacional e internacional em qualidade de ensino.

### **3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1** Os bens e serviços de que se trata este documento podem ser objetivamente definidos pelo edital/Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado conforme o disposto no Art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 2002.

### **4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

- 4.1** O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 dias corridos, contados após retirada/recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no almoxarifado Central do Campus da UFV em Rio Paranaíba – MG, Rodovia MG 230, km 8 – s/nº – Zona Rural – CEP.: 38.810-000.
- 4.2** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 5.1** A contratante se obriga a cumprir as normas e condições contidas neste Termo, sem prejuízo às demais condições contidas na legislação pertinente, no Edital do certame e no contrato firmado entre as partes, ou instrumento que o substitui, em conformidade ao art. 62, da Lei Federal nº 008.666/93.
- 5.2** São obrigações da Contratante:

- 5.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 5.2.2** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 5.2.3** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 5.2.4** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 5.2.5** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.6** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
    - 6.1.1.1** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso;
  - 6.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 6.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 6.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 6.1.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 8.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 9.1** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1** O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10 DO PAGAMENTO**

- 10.1** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final da entrega e da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2.1** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 10.2.2** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.3.1** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 10.4** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1** .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



**10.12** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.12.1** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.13** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **11 DO REAJUSTE**

**11.1** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## **12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**13.1.1** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**13.1.2** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.3** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**13.1.4** comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.5** cometer fraude fiscal;



- 13.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.3** **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.4** multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 100 (cem) dias;
- 13.4.1** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.4.2** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.4.3** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.4.4** impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.4.4.1** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 13.4.5** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.5** As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.6** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.6.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.6.2** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.6.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 3.7** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**13.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.9** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**14.1** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019 mediante emissão de nota de empenho, na classificação abaixo:

Gestão; 15268

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 108600

Elemento de Despesa: 339030 – Solicitação de Material de Consumo

**14.2** O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 56.896,55 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos).**

**Viçosa, ..... de ..... de 2019.**

---

Edna Valdirene de Freitas Fernandes  
matrícula 10.793-x/UFV  
Chefe do Serviço de Material - portaria: 1227/2017